

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	24.081
Preferenciais	16.914
Total	40.995
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	612.121	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.864	0
1.01.01	Caixa	1.421	0
1.01.02	Aplicações de Liquidez	11.443	0
1.02	Ativos Financeiros	549.820	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	96.317	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	96.317	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	453.503	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	463.522	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-10.339	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	320	0
1.03	Tributos	23.044	0
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	8.125	0
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14.919	0
1.04	Outros Ativos	17.780	0
1.04.03	Outros	17.780	0
1.04.03.02	Outros Ativos	17.780	0
1.05	Investimentos	8.613	0
1.05.01	Participações em Coligadas	945	0
1.05.03	Participações em Controladas	7.668	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	612.121	0
2.03	Provisões	17.326	0
2.04	Passivos Fiscais	4.270	0
2.04.01	Correntes	4.270	0
2.05	Outros Passivos	9.192	0
2.07	Patrimônio Líquido	581.333	0
2.07.01	Capital Social Realizado	307.464	0
2.07.02	Reservas de Capital	155.430	0
2.07.04	Reservas de Lucros	108.671	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.748	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	20	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	29.803	0
3.01.01	Operações de Crédito	23.750	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.600	0
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	453	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.166	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-3.303	0
3.02.02	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-32	0
3.02.03	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.169	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	27.637	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-10.930	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-2.648	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-5.090	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-1.272	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	527	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-2.572	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	125	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	16.707	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.959	0
3.06.01	Corrente	-4.255	0
3.06.02	Diferido	-2.704	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	9.748	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	9.748	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	9.748	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	0,9512	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,4756	0
3.99.01.01	ON	0,2378	0
3.99.01.02	PN	0,2378	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,4756	0
3.99.02.01	ON	0,2378	0
3.99.02.02	PN	0,2378	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	9.748	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	219	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	219	0
4.02.01.01	Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	352	0
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-133	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	9.967	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-213.430	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	16.875	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	16.707	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	168	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-230.305	0
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	-6.006	0
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos	1.146	0
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros	-53	0
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	4.573	0
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos	-2.274	0
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Depósitos	-225.896	0
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Provisões	-148	0
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Passivos Fiscais	-195	0
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outras Passivos	176	0
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.628	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	236.625	0
6.02.01	Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	236.512	0
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	113	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.168	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-12.168	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.027	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.837	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.864	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	307.464	155.430	112.832	0	0	-199	575.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-4.161	0	0	0	-4.161
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	307.464	155.430	108.671	0	0	-199	571.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	9.748	219	9.967
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	9.748	0	9.748
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	219	219
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	352	352
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-133	-133
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	307.464	155.430	108.671	0	9.748	20	581.333

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Justificativa: A Financeira aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	28.598	0
7.01.01	Intermediação Financeira	29.803	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	1.169	0
7.01.04	Outras	-2.374	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.335	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.090	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-4.162	0
7.03.04	Outros	-928	0
7.03.04.01	Processamento de Dados	-435	0
7.03.04.03	Serviços do Sistema Financeiro	-177	0
7.03.04.05	Outros	-316	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	20.173	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	20.173	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	125	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	125	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.298	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	20.298	0
7.09.01	Pessoal	2.166	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	2.137	0
7.09.01.02	Benefícios	29	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.384	0
7.09.02.01	Federais	8.345	0
7.09.02.02	Estaduais	1	0
7.09.02.03	Municipais	38	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	9.748	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.748	0

Senhoras e Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, bem como as demonstrações consolidadas abrangendo a empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A conjuntura econômica global tem sido caracterizada pela intensificação de tensões geopolíticas e pela elevação recente de tarifas alfandegárias, decorrente de disputas comerciais entre grandes economias. Para 2025, projeções iniciais sinalizam crescimento do PIB da ordem de 2,7%, ante 3,3% de 2024, prevalecendo ainda muitas incertezas associadas ao desempenho futuro.

No Brasil, as expectativas são de queda no ritmo da atividade econômica. Projeções recentes apontam para crescimento anual do PIB da ordem de 2,0%, ante 3,4% em 2024. Inflação e taxa de juros Selic elevadas, conjugadas com incertezas advindas da conjuntura global corroboram esse cenário.

De fato, constata-se que a desaceleração da atividade econômica no último trimestre de 2024 se estendeu para 2025, embora a queda no ritmo de expansão não tem sido uniforme nos principais setores.

O setor industrial registrou crescimento de 1,4% no acumulado até fevereiro (últimos dados de mercado), ante 4,3% de igual período de 2024. No mesmo período, o comércio varejista ampliado cresceu 2,3%, ante 3,6% na mesma base de comparação com 2024. Serviços também desaceleraram ao alcançar expansão de 2,6% em 2025, ante 3,3% de igual período do ano anterior.

Não obstante tensões comerciais no cenário internacional, a corrente de comércio (exportações mais importações) alcançou US\$ 144,6 bilhões, crescimento de 5,2% no trimestre. No acumulado até março, as exportações alcançaram US\$ 77,3 bilhões (US\$ 78,3 em 2024), queda de 1,3%; e as importações somaram US\$ 67,3 bilhões (US\$ 59,2 em 2024), crescimento de 13,7%. O superávit comercial no trimestre foi de US\$ 10,0 bilhões.

A inflação tem permanecido alta, mesmo diante da intensificação da política monetária restritiva a partir de setembro de 2024. No mês de março, a elevação dos preços medida pelo IPCA alcançou 0,56%, perfazendo 2,04% no trimestre, e 5,48% nos últimos doze meses. Nesse contexto, a taxa de juros Selic tem sido elevada gradativamente e posicionou-se em 14,25% ao ano em março.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 0,34% no trimestre, ante 1,8% em igual período de 2024. O segmento de pessoas físicas cresceu 1,6% no trimestre, ante 2,6% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito posicionaram-se em 6,4%.

SOBRE A MERCANTIL FINANCEIRA

A Mercantil Financeira S.A. é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza as suas atividades operacionais com foco no financiamento de bens de consumo duráveis e empréstimos FGTS.

A Instituição empreende suas atividades através da rede de agências do Controlador, distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é calculado em conjunto com o Controlador e posicionou-se em 16,4%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

A gestão dos riscos é centralizada no Controlador, que dispõe de adequadas estruturas para esse gerenciamento. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 14.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

- Ativos**

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 612,4 bilhões. Os Ativos Financeiros alcançaram R\$ 567,9 bilhões), 92,7% do ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R\$ 12,9 milhões (2,1% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R\$ 1,5 milhão e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 11,4 milhões.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 101,5 milhões (16,6% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro Nacional R\$ 96,3 milhões e Certificado de Depósitos Bancários R\$ 5,2 milhões.

Os ativos financeiros ao custo amortizado posicionaram-se em R\$ 475,3 milhões (77,6% do ativo total) e estão representados, basicamente, por aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito e outros créditos.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R\$ 463,5 milhões, (75,7% do ativo total) e estão representadas por empréstimos saque FGTS de R\$ 367,7 milhões; empréstimos consignado R\$ 93,5 milhões; outros R\$ 2,3 milhões.

A provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito posicionou-se em R\$ 10,3 milhões (2,2%). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 5.2.

- Passivo, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido**

O Passivo total consolidado está constituído de provisões no montante de R\$ 17,5 milhões, passivos fiscais R\$ 4,4 milhões e outros passivos R\$ 9,2 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 9 e 10.

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 581,3 milhões e o Lucro Líquido é de R\$ 9,7 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 29,9 milhões. Estão representadas, basicamente, por resultado de receitas com operações de crédito R\$ 23,7 milhões e de operações com títulos e valores mobiliários R\$ 5,8 milhões.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R\$ 3,3 milhões e são compostas, basicamente, por despesas com operações de captação de depósitos.

O Resultado Líquido da Intermediação Financeira posicionou-se em R\$ 26,6 milhões (89,0% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas com perdas esperadas associadas ao risco de operações de crédito posicionaram-se em R\$ 1,2 milhão e representam 3,9% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira.

O Resultado Líquido (descontada a perda esperada com ativos financeiros) alcançou R\$ 27,8 milhões (92,8% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 2,6 milhões e as despesas administrativas somaram R\$ 5,1 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 12.1 e 12.2.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 12.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

A Mercantil do Brasil Financeira não está obrigada a apresentar demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 15.

CONTROLADAS

A controlada, Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., registrou lucro líquido de R\$ 94,9 mil, com o Patrimônio Líquido posicionando-se em R\$ 7,7 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, a Mercantil Financeira e sua controlada vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2025.

Administração

Notas Explicativas



MERCANTIL

Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Março de 2025

Notas Explicativas



BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Financeira	Consolidado
		Mar/25	Mar/25
Disponibilidades	3	1.421	1.483
Instrumentos Financeiros		561.263	566.433
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		96.317	101.487
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	96.317	101.487
Ao custo amortizado		464.946	464.946
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	11.443	11.443
Operações de Crédito e Outros Créditos	5.2	463.522	463.522
(Provisão para perdas esperadas)	5.2	(10.339)	(10.339)
Outros Ativos Financeiros		320	320
Ativos Fiscais	6	23.044	25.548
Correntes	6.1	8.125	10.629
Diferidos	6.2	14.919	14.919
Outros Ativos	7	17.780	17.996
Investimentos	8	8.613	945
Participações em Controladas - No País		8.613	945
Total do Ativo		612.121	612.405
Passivo e Patrimônio Líquido			
		Financeira	Consolidado
		Mar/25	Mar/25
Provisões	9	17.326	17.505
Passivos Fiscais		4.270	4.324
Outros Passivos	10	9.192	9.209
Patrimônio Líquido	11	581.333	581.367
Capital Social	11.1	307.464	307.464
Reservas de Capital	11.2	155.430	155.430
Reservas de Lucros	11.2	108.671	108.671
Outros Resultados Abrangentes		20	20
Lucros Acumulados		9.748	9.748
Participação dos Não Controladores		-	34
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		612.121	612.405

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	31/03/2025	
		Financeira	Consolidado
Receita da intermediação financeira		29.803	29.955
Operações de Crédito	5.2.a)	23.750	23.750
Resultado das Aplicações Compulsórias		453	453
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários		5.600	5.752
Despesas da intermediação financeira		(3.335)	(3.335)
Resultado líquido da intermediação financeira		26.468	26.620
Perdas esperadas de ativos financeiros		1.169	1.169
Perda esperada com operações de crédito	5.2.c)	1.169	1.169
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		27.637	27.789
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.930)	(11.029)
Resultado de Participações em Controladas	8	125	30
Despesas de Pessoal	12.1	(2.648)	(2.648)
Despesas Administrativas	12.2	(5.090)	(5.111)
Despesas Tributárias	12.3	(1.272)	(1.273)
Outras Receitas Operacionais	12.4	527	549
Outras Despesas Operacionais	12.5	(1.104)	(1.108)
Reversões / (Despesas) de Provisões	12.6	(1.468)	(1.468)
Resultado antes dos impostos		16.707	16.760
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.3	(6.959)	(7.012)
Provisão para Imposto de Renda		(2.753)	(2.791)
Provisão para Contribuição Social		(1.502)	(1.517)
Ativo Fiscal Diferido		(2.704)	(2.704)
Lucro Líquido do período		9.748	9.748
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)			
Ações ordinárias		0,2378	
Ações preferenciais		0,2378	
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		5.726	
Ações preferenciais		4.022	
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		24.080.768	
Ações preferenciais		16.914.403	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE



	<u>(Em milhares de reais)</u>	
	<u>31/03/2025</u>	
	<u>Financeira</u>	<u>Consolidado</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	9.748	9.748
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	219	219
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	219	219
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	352	352
Efeito Fiscal	(133)	(133)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	9.967	9.967
Lucro Atribuível à Controladora	9.967	9.967

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	(Em milhares de reais)								
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	LEGAL	ESTATUTÁRIAS							
SALDOS EM 31/12/2024	307.464	155.430	17.320	95.512	(199)	-	575.527	34	575.561
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (I)	-	-	-	-	-	(4.161)	(4.161)	-	(4.161)
Absorção da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	-	-	-	(4.161)	-	4.161	-	-	-
SALDOS EM 01/01/2025	307.464	155.430	17.320	91.351	(199)	-	571.366	34	571.400
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	219	-	219	-	219
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	9.748	9.748	-	9.748
SALDOS EM 31/03/2025	307.464	155.430	17.320	91.351	20	9.748	581.333	34	581.367
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(4.161)	219	9.748	5.806	-	5.806

(I) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito de instrumentos financeiros, conforme descrito na nota 2.3.

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

	(Em milhares de reais)	
	31/03/2025	
	Financeira	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.707	16.760
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	168	245
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	1.707	1.711
Atualizações Monetárias Ativas	(245)	(267)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.169)	(1.169)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(125)	(30)
Variações em Ativos e Passivos	(230.305)	(230.267)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(6.006)	(6.006)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos	1.146	1.146
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros	(53)	(53)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	4.573	4.637
Redução (Aumento) em Outros Ativos	(2.274)	(2.265)
Aumento (Redução) em Depósitos	(225.896)	(225.896)
Aumento (Redução) em Provisões	(148)	(145)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais	(195)	(188)
Aumento (Redução) em Outras Passivos	176	145
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.628)	(1.642)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(213.430)	(213.262)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	236.512	236.512
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	113	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	236.625	236.512
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(12.168)	(12.168)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(12.168)	(12.168)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	11.027	11.082
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.837	1.844
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	12.864	12.926
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	11.027	11.082

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

	(Em milhares de reais)	
	31/03/2025	
	Financeira	Consolidado
1 - RECEITAS	28.598	28.768
Intermediação Financeira	29.803	29.955
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.169	1.169
Outras	(2.374)	(2.356)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	(3.335)	(3.335)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.090)	(5.111)
Serviços de Terceiros	(4.162)	(4.183)
Outros	(928)	(928)
Processamento de Dados	(435)	(435)
Serviços do Sistema Financeiro	(177)	(177)
Outros	(316)	(316)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	20.173	20.322
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	20.173	20.322
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	125	30
Resultado de Equivalência Patrimonial	125	30
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	20.298	20.352
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20.298	20.352
Pessoal	2.166	2.166
Remuneração Direta	2.137	2.137
Benefícios	29	29
Impostos, Taxas e Contribuições	8.384	8.438
Federais	8.345	8.399
Estaduais	1	1
Municipais	38	38
Remuneração de Capitais Próprios	9.748	9.748
Lucros Retidos do Período	9.748	9.748

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Financeira) é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais atuando no segmento de crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito pessoal com garantia do FGTS. A sede da Financeira está localizada na rua Min. Orozimbo Nonato, nº 215, 15º andar, bairro Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais e tem como local principal de negócios o escritório situado na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais.

2. Elaboração e Apresentação das Informações Financeiras

2.1. Apresentação das informações financeiras

As informações contábeis contidas nas informações financeiras encerradas em 31 de março de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas às provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 76 da Resolução nº 4.966/21.

As informações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Mercantil Financeira S.A. em 13/05/2025.

2.2. Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas encerradas em 31 de março de 2025 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As informações financeiras consolidadas contemplam

a Financeira e a sua empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (vide nota nº 8.).

NOTAS EXPLICATIVAS

2.3. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Segue demonstrado abaixo a reconciliação da Posição Patrimonial do Banco em 01/01/2025:

Ativo	Financeira			Consolidado		
	31/12/2024	Reconciliação Res. 4.966	01/01/2025	31/12/2024	Reconciliação Res. 4.966	01/01/2025
Disponibilidades	1.837	-	1.837	1.844	-	1.844
Instrumentos Financeiros	786.966	(6.935)	780.031	792.136	(6.935)	785.201
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	326.604	-	326.604	331.774	-	331.774
Títulos e Valores Mobiliários	326.604	-	326.604	331.774	-	331.774
Ao custo amortizado	460.362	(6.935)	453.427	460.362	(6.935)	453.427
Operações de Crédito e Outros Créditos	464.760	124	464.884	464.760	124	464.884
(Provisão para perdas esperadas)	(4.665)	(7.059)	(11.724)	(4.665)	(7.059)	(11.724)
Outros Ativos Financeiros	267	-	267	267	-	267
Ativos Fiscais	27.547	2.774	30.321	30.115	2.774	32.889
Correntes	12.597	-	12.597	15.165	-	15.165
Diferidos	14.950	2.774	17.724	14.950	2.774	17.724
Outros Ativos	17.214	-	17.214	17.304	-	17.304
Investimentos	8.488	-	8.488	915	-	915
Participações em Controladas - No País	8.488	-	8.488	915	-	915
Total do Ativo	842.052	(4.161)	837.891	842.314	(4.161)	838.153

NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo e Patrimônio Líquido	Financeira			Consolidado		
	31/12/2024	Reconciliação Res. 4.966	01/01/2025	31/12/2024	Reconciliação Res. 4.966	01/01/2025
Depósitos de demais instrumentos financeiros	225.896	-	225.896	225.896	-	225.896
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	225.896	-	225.896	225.896	-	225.896
Depósitos	225.896	-	225.896	225.896	-	225.896
Provisões	17.474	-	17.474	17.650	-	17.650
Passivos Fiscal	4.465	-	4.465	4.512	-	4.512
Outros Passivos	18.690	-	18.690	18.695	-	18.695
Patrimônio Líquido	575.527	(4.161)	571.366	575.561	(4.161)	571.400
Capital Social	307.464	-	307.464	307.464	-	307.464
Reservas de Capital	155.430	-	155.430	155.430	-	155.430
Reservas de Lucros	112.832	(4.161)	108.671	112.832	(4.161)	108.671
Outros Resultados Abrangentes	(199)	-	(199)	(199)	-	(199)
Participação dos Não Controladores	-	-	-	34	-	34
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	842.052	(4.161)	837.891	842.314	(4.161)	838.153

Adicionalmente, a Financeira aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS**2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas****a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual a Instituição administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários" utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

A Financeira não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS**(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)**

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Financeira avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

A Financeira possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

A Financeira mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

A Financeira adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS

aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os percentuais de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos nas tabelas contempladas nos Anexos I e II, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Crítérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

A Financeira avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS

Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21 que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

f) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 11.4.).

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS

A Financeira não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de março de 2025 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Benefícios a empregados

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/21. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

i) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

j) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Financeira, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

k) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** a Financeira avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Financeira exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Financeira são registradas, de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são como segue:

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Disponibilidades	1.421	1.483
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.443	11.443
Total	12.864	12.926

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários

Financeira	Mar / 2025	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	96.297	96.317
Total Contábil – Não circulante	96.297	96.317

Consolidado	Mar / 2025	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	96.297	96.317
Certificado de Depósitos Bancários	5.170	5.170
Total Contábil	101.467	101.487

b) Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

Prazo	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Até 1 ano	-	3.686
De 1 a 2 anos	-	59
De 2 a 3 anos	-	1.425
Acima de 5 anos	96.317	96.317
Total	96.317	101.487

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



5. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

5.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez, no individual e consolidado

Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	Mar / 2025
Letras do Tesouro Nacional	11.443
Total – Circulante	11.443

5.2. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das Operações de Crédito por produtos

A Composição das Operações de Crédito por produtos na Financeira e Consolidado é como segue:

Composição Carteira de Crédito	Mar / 2025
Empréstimo Saque FGTS	367.740
Empréstimo Consignado	93.514
Outros Empréstimos e Financiamentos	2.268
Total	463.522
Estágio 1	450.905
Estágio 2	2.548
Estágio 3	10.070

As receitas das operações de crédito e outros créditos totalizaram, no individual e consolidado, R\$ 23.750.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

A Composição das Operações de Crédito por prazo de vencimento na Financeira e Consolidado é como segue:

Descrição	Mar / 2025
Até 1 ano	178.998
Acima de 1 ano até 5 anos	261.214
Acima de 5 anos	23.310
Total	463.522

c) Movimentação das Perdas esperadas por estágios, no individual e consolidado

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	2.583	747	8.394	11.724
Constituição / Liquidação	(479)	(42)	977	456
Transferência para Estágio 1	8	(8)	-	-
Transferência para Estágio 2	(10)	573	(563)	-
Transferência para Estágio 3	(5)	(175)	180	-
Baixa (<i>Write Off</i>)	-	-	(1.841)	(1.841)
Saldo em 31/03/2025	2.097	1.095	7.147	10.339

As Perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados montam R\$ 713 no individual e consolidado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



6. Ativos Fiscais

6.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social ⁽ⁱ⁾	-	1.127
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	8.125	8.125
Imposto e contribuições retidos na fonte	-	50
Imposto de renda e contribuição social – IPC/90	-	1.327
Outros	-	-
Total - Circulante	8.125	10.629
Circulante	4.923	37
Não circulante	3.202	10.592

⁽ⁱ⁾ Imposto de renda e contribuição social referem-se a saldos credores de exercícios anteriores.

⁽ⁱⁱ⁾ A Financeira é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

6.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários, no individual e consolidado

Financeira	01/01/2025	Constituição	Realização	31/03/2025
Diferenças temporárias	11.937	2	(967)	10.972
Provisão para perda esperada	8.027	-	(735)	7.292
Contingências	3.633	2	(99)	3.536
MTM	133	-	(133)	-
Outros	144	-	-	144
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	5.787	-	(1.840)	3.947
Total – Não circulante	17.724	2	(2.807)	14.919

b) Realização dos créditos tributários

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, no individual e consolidado, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base nas taxas de captação para os anos correspondentes:

Exercícios	Diferenças Temporárias	Base Negativa e Prejuízo Fiscal	Mar / 2025
2025	45	3.947	3.992
2026	3.805	-	3.805
2027	1.044	-	1.044
2028	1.042	-	1.042
2029	1.911	-	1.911
2030 a 2032	3.125	-	3.125
Total	10.972	3.947	14.919
Valor presente	3.418	3.030	6.448

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



6.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Resultado antes dos impostos	16.707	16.760
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40%	(6.683)	(6.704)
Resultado de equivalência patrimonial	50	12
Ajustes no cálculo dos tributos	(326)	(320)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.959)	(7.012)

7. Outros Ativos

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 10. b)	15.110	15.317
Devedores Diversos – País	799	799
Despesas antecipadas ⁽¹⁾	633	640
Valores a receber	14	14
Outros	1.224	1.226
Total	17.780	17.996
Circulante	2.078	2.087
Não circulante	15.702	15.909

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

8. Investimentos

Descrição	MACS ⁽¹⁾	DOMO ⁽²⁾	Mar / 2025
Capital social subscrito e integralizado	4.853	11.500	-
Quantidade de ações integralizadas	53.924.604	1.150.000	-
Patrimônio líquido ajustado	7.701	9.454	17.155
Resultado societário do período	95	307	402
Participação no capital integralizado	99,56%	10,00%	-
Resultado da equivalência patrimonial	95	30	125
Valor dos investimentos	7.668	945	8.613

⁽¹⁾ Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. – Empresa controlada na qual a Financeira tem o controle direto, assegurando-lhe, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais, em conformidade com o artigo 243, §2º, da Lei 6.404/76.

⁽²⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual a Financeira detém 10% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

9. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Financeira venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.

- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: a Financeira possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas

a) Composição das Provisões

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	10.661	10.840
Provisão para processos trabalhistas	220	220
Provisão para processos cíveis	6.445	6.445
Total – Não circulante	17.326	17.505

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Financeira	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01/01/2025	10.565	6.694	215	17.474
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 12.5.	-	1.426	42	1.468
Atualização Monetária	109	126	4	239
Atualização Depósitos / (Liquidações)	(13)	(1.801)	(41)	(1.855)
Saldos em 31/03/2025	10.661	6.445	220	17.326
Depósitos judiciais – vide nota nº 7.	11.688	2.966	456	15.110

Consolidado	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01/01/2025	10.741	6.694	215	17.650
Constituição/ (Reversão) – vide nota nº 12.5.	-	1.426	42	1.468
Atualização Monetária	113	126	4	243
Atualização Depósitos / (Liquidações)	(14)	(1.801)	(41)	(1.856)
Saldos em 31/03/2025	10.840	6.445	220	17.505
Depósitos judiciais – vide nota nº 7.	11.868	2.966	483	15.317

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais da Financeira, classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 234.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



10. Outros Passivos

Descrição	Mar /2025	
	Financeira	Consolidado
Credores Diversos – País	5.912	5.912
Sociais e Estatutárias	2.445	2.446
Provisão para Pagamentos a Efetuar	330	340
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	97	97
Outros	408	414
Total - Circulante	9.192	9.209

11. Patrimônio Líquido

11.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Descrição	Mar / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ações ordinárias	24.080.768	180.606
Ações preferenciais	16.914.403	126.858
Total do capital subscrito e integralizado	40.995.171	307.464

11.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

11.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 70% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No período não foram declarados Juros sobre o Capital Próprio ou Dividendos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



11.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Financeira e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Mar / 2025
Número médio e final de ações	24.080.768	16.914.403	40.995.171
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	24.080.768	16.914.403	40.995.171
Lucro líquido atribuível	5.726	4.022	9.748
Lucro básico por ação	0,2378	0,2378	0,2378

12. Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais

12.1. Despesas de pessoal, no individual e consolidado

Descrição	Mar / 2025
Remuneração dos administradores	1.562
Encargos sociais	482
Benefícios e treinamentos	29
Participações no lucro	575
Total	2.648

12.2. Despesas administrativas

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios	2.618	2.618
Serviços prestados – ligadas	1.221	1.239
Processamento de dados	435	435
Serviços de terceiros	211	212
Serviços do sistema financeiro	177	177
Serviços técnicos especializados	112	114
Outras	316	316
Total	5.090	5.111

12.3. Despesas tributárias

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
COFINS	1.059	1.059
ISSQN	172	172
PIS	38	38
Outros tributos	3	4
Total	1.272	1.273

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



12.4. Outras receitas operacionais

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Variações monetárias ativas	245	267
Recuperação de encargos e despesas	127	127
Ressarcimento Custos de Portabilidade	38	38
Outras Receitas	117	117
Total	527	549

12.5. Outras despesas operacionais

Descrição	Mar / 2025	
	Financeira	Consolidado
Despesas de caráter eventual ⁽¹⁾	797	797
Variação monetária passiva	239	243
Outras despesas	68	68
Total	1.104	1.108

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

12.6. Reversões / (Despesas) de Provisões, no individual e consolidado

Descrição	Mar / 2025
Provisões cíveis	1.426
Provisões trabalhistas	42
Total	1.468

12.7. Resultados não recorrentes

Em 31 de março de 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

13. Transações com Partes Relacionadas

13.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Mar / 2025	
Ativos	13.283
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.421
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil)	11.443
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Banco Mercantil)	419
(Passivos)	(410)
Outras Obrigações (Banco Mercantil)	(410)
Contas de Resultado	Mar / 2025
Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (Banco Mercantil)	(3.124)
Outras Despesas Administrativas (Banco Mercantil) - vide nota nº 12.2.	(1.221)

13.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Mercantil Financeira S.A., conforme previsto no Estatuto Social.

O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 9.880.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 12.1.).

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

13.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

14. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

Na Financeira, o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura os índices de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 16,4%, perante um mínimo requerido de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS



8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

Na Financeira, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Financeira, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu Controlador. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil Financeira S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros Consolidados:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	107.760	107.760
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.443	11.443
Títulos e Valores mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro	96.317	96.317
Nível 2	458.673	458.673
Operações de Crédito e Outros Créditos	453.183	453.183
Títulos e Valores mobiliários – CDB	5.170	5.170
Outros ativos financeiros	320	320
Total em 31/03/2025	566.433	566.433

15. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras semestrais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Mercantil Financeira S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS

das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes a 31 de março de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

MERCANTIL FINANCEIRA S.A.
Crédito, Financiamento e Investimento**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Renato Augusto de Araujo – Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

Ângela Cristina Romariz Barbosa Leite
Márcio Lopes Costa

DIRETORIA**DIRETOR-PRESIDENTE**

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Luiz Carlos de Araújo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETOR

Anderson Adeilson de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa no 2.3 às referidas informações contábeis intermediárias que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas informações contábeis referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Financeira e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Financeira, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Belo Horizonte/MG, 13 de maio de 2025.

Diretor-Presidente
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Luiz Carlos de Araújo

Diretor Executivo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor
Anderson Adeilson de Oliveira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras da Financeira, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Belo Horizonte/MG, 13 de maio de 2025.

Diretor-Presidente
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Luiz Carlos de Araújo

Diretor Executivo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor
Anderson Adeilson de Oliveira